

ANAIS DO XXIX
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ECONOMIA E
SOCIOLOGIA RURAL



Campinas, SP
28 de julho a 1º de agosto
1991

ANAIS DO XXIX
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ECONOMIA E
SOCIOLOGIA RURAL



Campinas, SP
28 de julho a 1º de agosto
1991

PATROCÍNIO:



MARA

Agroceres

Apoio:

FAPESP
EMBRAPA
CNA
BM&F
UNICAMP
CODEVASF
MANAH
IICA
SINDAG
CAMPO
SAASP
ANDEF
SADIA
ASTN
3M
BANCO REAL S/A

SOBER

Pl. Jara.

AGRICULTURA E
SOCIEDADE

**TEMAS DA
ATUALIDADE**

SOBER

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL

Edna M.R. de Castro*

"Omame colocou os minérios embaixo da terra porque lá é frio. Aí vem o garimpeiro e tira o minério, a tanta lita para cima. E com o ar quente ele espalha um veneno que causa muitas doenças. Eles não sabem que estão espalhando veneno para o mundo. E o mundo vai acabar, vai morrer".

Davi Yanomami

INTRODUÇÃO

A história recente da Amazônia traz à linha de frente um antigo confronto entre o modo de vida das populações nativas e a ordem capitalista. Ao longo de cinco séculos, sociedades indígenas e caboclas resistiram aos diferentes e violentos movimentos de conquista sobre suas terras e suas capacidades de trabalho empreendidos pela sociedade "civilizada". Enfrentaram saques, "descimimentos" e o genocídio este muitas vezes legitimado mesmo pelo espírito missionário-catequético. A economia extrativa, base de seu modo de produção, encontrava-se perfeitamente articulada ao ecossistema amazônico. Através dos "produtos da floresta" essas populações integraram-se desde o século XVII à economia regional e aos circuitos da economia nacional e internacional.

No entanto, a história humana construída sob a ótica do capital privilegiou uma economia da produtividade. Fez funcionar processos de produção e de circulação capazes de determinar o lucro e a sustentação de uma hierarquia de poder. Oposição a essa lógica, o modo de vida das populações nativas, caracterizando-o como simples, primitivo e "improdutivo" (COSTA:1990). Ao longo desses anos, seu discurso ideológico procurou destacar os valores do progresso - ideologia da mudança, do desenvolvimento, da modernidade - sempre identificados com a "civilização". Daí decorrem duas dimensões. A primeira, por obter-se como resultado dessa racionalidade intencional, um fantástico acúmulo de mercadorias com taxas crescentes de produtividade. A segunda, ao impor-se como necessidade e decorrência lógica, a tendência a negar a diversidade encontrada em outras formações reprodutivas - humana e natural. O sucesso dessa modalidade de desenvolvimento se monta sobre relações de poder cujos valores sociais que

(*) Socióloga, professora e pesquisadora no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Depto de Ciências Sócio-Políticas do C.F.C.H./UFPA.

les dão sustentação são rigidamente hierarquizados. Como resultado, o choque de concepções, de dois modos de relações dos homens com a natureza. Cada sistema econômico, enquanto racionalidade, determina uma singularidade na exploração dos recursos naturais e na forma de uso das capacidades de trabalho e, em consequência, determina dimensões do bem e do mal uso desses mesmos recursos.

As bases desse confronto agravaram-se nas duas últimas décadas. A invasão aos territórios dos índios e a expulsão de camponeses de suas terras de uso os fez recriarem suas formas de resistência na defesa de seus direitos à reprodução de seu modo de vida, cuja base econômica é agro-extrativa. E essa vivência na materialidade do cotidiano amazônico, vem ao encontro de um dos principais debates de nossa época a respeito das relações contraditórias entre, de um lado, a lógica da economia capitalista que busca incessantemente a padronização de técnicas e discursos, a homogeneização de formas e conteúdos, a rotinização de tempos e movimentos, e de outro, a lógica da natureza, cujo equilíbrio e dinâmica são regulados pelas trocas entre seus ecossistemas diversificados.

As manifestações políticas que emergiram em fins da década de 70, realizadas pelas ainda incipientes organizações populares que se formavam mostravam como bandeiras de luta e defesa de direitos sobre o território, e o reconhecimento à dignidade e à cultura desses povos. Esse grito é um testemunho do grau crescente de conflitos que se instalam nessa região a partir de meados da década de 60. É a resposta à violência e impunidade de um modelo social e econômico que traz como resultado a concentração fundiária e a exclusão compulsiva de camponeses, índios e extratores de suas terras de trabalho.

2. MODELO DESENVOLVIMENTISTA NOS ANOS 70 E 80 E PRODUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS DE CONFLITO NA AMAZÔNIA.

A década de 70 representa talvez o período de maior agressividade do governo brasileiro na determinação de estratégias de ocupação territorial na Amazônia. Redefiniu a montagem de estruturas internas, garantindo um aparelho burocrático-jurídico e criando condições materiais aos investimentos privados nacionais e internacionais. As diretrizes das políticas para a Amazônia determinaram de forma autoritária e centralizadora, os setores prioritários para fins de investimentos, o traçado de estradas na nova rede rodoviária. Enfim, explicou abertamente seu papel enquanto agente principal da intervenção econômica na região. Ao nível do discurso, reforçou matrizes ideológicas das concepções de desenvolvimento e segurança. Foi ressaltado o potencial dos recursos naturais e o vazio demográfico que precisava ser preenchido com os pobres sem terra do nordeste do país.

As bases dessa formação discursiva valorizando o desenvolvimento exclusivamente pela ótica da grande empresa, ainda mantém-se, mas freado pelo avanço dos movimentos sociais a nível interno à região e pelo avanço do apoio recebido e das

pressões dos movimentos de fora sobre a opinião pública dos pais financiadores de projetos na Amazônia.

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (MINTER/SUDAM) trilhará o modelo de ocupação da fronteira, priorizando a agropecuária. Os Incentivos Fiscais são a chave dos investimentos privados. O perfil das empresas apoiadas por essa política: imensos latifúndios, poucas inversões diretas, baixa produtividade, tecnologia do "abate de árvores" predadora e pouco produtiva. A pecuária financiada pelos incentivos representou uma força concentradora, constituindo um pavil de pólvora dos conflitos sociais na região, dado seu caráter de violenta exploração. A concentração da terra na Amazônia faz parte do movimento mais geral de acumulação na fronteira, cujo processo principal foi a apropriação da terra anteriormente valorizada pelo trabalho camponês e pela apropriação do excedente. (CASTRO, ACEVEDO: 1988). Em 1985, 628 dessas grandes empresas (584 agropecuárias e 44 agroindústrias) foram incentivadas com incentivos fiscais da ordem de US\$847,6 milhões de dólares"...Um balanço, após 20 anos de política, mostra que 87,7% das empresas ou não conseguiram se estruturar produtivamente ou apresentavam prejuízos sistemáticos." (COSTA:1990)

A heterogeneidade dos ecossistemas regionais, na maior parte ainda desconhecidos do homem, foi subordinado à meta política de recriar na Amazônia uma agricultura e uma pecuária empresarial, cujos resultados apontavam uma homogeneização no tratamento desses ecossistemas. As medidas políticas passavam por alto o caráter diferenciado e contraditório da fronteira agrícola, obscurecendo a tradição popular de polivalência na atividade agro-extrativa. Portanto um modelo contraditório com sua história e com o movimento dinâmico de expansão da pequena produção agrícola acelerado com novos migrantes que a política de colonização não foi capaz de atender. As estatísticas do comércio de bens agrícolas na região, revela ser essa uma ocupação produtiva da terra. O Estado funcionou como organizador e avaliador desse modelo.

O processo de expansão da fronteira nessa década foi um movimento contínuo de pequenos produtores sem terra, em parte atraídos pelos programas publicitários públicos e privados, seguindo fluxos orientados ou não. O Estado, através dos Planos de Colonização oficiais ou privados, tentou disciplinar e superar o movimento pioneiro na fronteira. Entretanto não podia superar as regras do processo de acumulação. A reprodução do latifúndio e do minifúndio na fronteira constituiu-se um campo de tensos e crescentes conflitos. A competição entre posseiros e empresários mostra a face social desse modelo, em duas dimensões: a econômica pela via do monopólio da terra e a política traduzida na emergência das lutas entre esses dois atores, que se estende por mais de 20 anos, sendo responsável pela maioria das mortes no campo amazônico.

O fracasso da pecuária e da colonização na Amazônia deixa os rastros da morte, pois a grande solução que poderia vir pela reforma agrária, iniciada nos latifúndios do sul do país, foi continuamente negada. A massa de trabalhadores sem terra alimenta o mercado de trabalho na madeira, no garimpo e

nos canteiros de obras dos grandes projetos. A priorização dos investimentos à pecuária nos anos 70, a estratégia governamental substitui pelo setor mineral como ponta de lança da economia regional, nos anos 80.

Iniciava-se um novo momento do processo de acumulação na Amazônia. As pesquisas minerais começadas nos anos 60 confirmavam a presença de imensas jazidas, alinhando a Amazônia entre as províncias minerais mais ricas do mundo. Os interesses de grandes empresas se voltam para esses recursos. Diferentemente da pecuária, desde o início o capital internacional aparece na conjunção empresarial. Se o Estado avaliza os financiamentos e a acumulação privada a fronteira, institucionalmente contribui ao cerco mais violento sobre as terras de pequenos produtores e índios. O drama da fronteira torna-se mais sangrento. O novo aparece também nos pernagens que representam o capital empresarial, correspondendo a outra dimensão da acumulação na fronteira, pois a presença do mercado mundial invade mais próximo os interesses locais, determinando, em última instância, o caráter das relações entre economia e exploração da natureza. Redefine-se o papel da Amazônia na divisão interregional do trabalho, passando a ser fornecedora de matérias primas desse setor ao mercado mundial.

Os empreendimentos de beneficiamento de minérios configuravam a fase de grandes projetos na Amazônia. Tem ocupado imensos territórios e provocado sobre as populações regionais os mais graves impactos. Com financiamentos na ordem de milhões de dólares, esses projetos se instalaram como o caráter autoritário e predatório que caracterizou o clima na fronteira amazônica nessas últimas décadas.

O exemplo do Programa Ferro Carajás com o complexo mina, ferrovia e porto foi concebido como ponta de lança para nova ocupação econômica, cortando com a ferrovia, terras de posseiros e dos índios Gavião, cercando áreas de garimpo e conflitando ainda com agro-extratores de castanha. O grande projeto de mineração articula-se numa relação de necessidade, com as grandes hidrelétricas planejadas pelo estado. Assim, a decisão de construir a Hidrelétrica de Tucuruí avalizou perante bancos internacionais e empresas multinacionais do setor alumínio por exemplo, outros grandes projetos minerais, tais como Ferro Carajás, Albrás-Alunorte e Alumar, todos voltados ao atendimento do mercado mundial. Produtos intensivos em energia, com eles exportada. A energia de Tucuruí é vendida às grandes indústrias metalúrgicas produtoras de alumínio por 17 milésimo de dólar o Kwh consumido quando seu custo real é de 45 milésimo de dólar, pelo Kwh. (CASTRO, ACEVEDO:1988)

Essas contradições do modelo econômico deixaram suas marcas. Elas revelam uma dinâmica cuja velocidade desafia a natureza, ampliando crescentemente as áreas desmatadas, a poluição dos rios com o mercúrio do garimpo, a morte de peixes e tartaruga, o empobrecimento da terra com a extensão das pastagens. Identifica-se aí as contradições do modelo de desenvolvimento que se fez à base da destruição de recursos não renováveis. Por isso que os movimentos sociais no campo amazônico absorveram com mais facilidade e competência que os movimentos ur

banos, a bandeira ecológica. Eles reconhecem que a ameaça ao meio ambiente é a decretação também de sua morte. A destruição das condições de reprodução do modo de produção agro-extrativo, com seus ecossistemas diversificados, condena a cultura e as sociedades indígenas e caboclas.

A realidade das estruturas que conformam a Amazônia de hoje, resulta em boa parte desses processos recentes. A dinâmica interna dessa região encontra nos movimentos sociais uma de suas expressões mais vivas.

Nos anos 80, a discussão sobre a ecologia ganha forum de maior importância. Os países industrializados, cuja consciência ambiental avançou mais rapidamente graças às pressões do forte movimento ecológico, debatem-se contra a crise ecológica geral no mundo capitalista. O fato surpreendente foi a associação estreita pela opinião pública entre questão ecológica e Amazônia. Observe-se que essa mesma opinião pública, sobretudo nos países europeus, havia sido tocada pelas intensas críticas formuladas nos anos 70 pelos movimentos políticos aos governos militares no Brasil e ao modelo de desenvolvimento de caráter autoritário e excludente aplicado à Amazônia. A Igreja teve papel importante nesse momento, enquanto organização mundial. Internamente, estruturaram-se as organizações políticas sujeitos que vivem e constroem o atual cenário amazônico. Populações indígenas, posseiros, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, garimpeiros, entre outros personagens que compõem o cotidiano dessa região, cuja prática política tem negado a lógica homogeneizadora do modelo de desenvolvimento. Buscam reafirmar identidades negadas. Para os povos da floresta (índios e caboclos extrativistas) seu fazer política está intimamente ligado ao seu modo de vida, o que corresponde à valorização de sua relação com a natureza. E economia extrativa só é possível pelo domínio de um saber acumulado sobre floresta e rios, plantas e fauna, sobre a arte de caçar, pescar, coletar e plantar.

3. JUSTIÇA SOCIAL E ECOLOGIA: O NOVO DESAFIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

As experiências que se sucederam nessas regiões de fronteira em tensão apontam a ascensão dos movimentos sociais que, desde meados da década de 70, foram constituindo-se e reafirmando sua autonomia diante as formas tradicionais de controle do Estado ou de outras instituições. Quem seriam esses sujeitos e sob que bases constroem sua organização numa região onde relações não capitalistas ocupam importância no mundo do trabalho? Qual a natureza desses movimentos? Essas questões me parecem chaves para ajudar a entender porque as particularidades regionais podem iluminar a formulação de novos discursos e práticas referentes às formas de luta contemporâneas.

Os movimentos de maior repercussão na Amazônia nessa última década são organizados por camponeses e grupos indígenas. Estes aparecem com sua diversidade de trabalho: seringueiros, castanheiros, pescadores, agricultores etc. ou ainda articuladores na luta em função dos impactos de um projeto, a exemplo

dos ribeirinhos atingidos pela construção das Hidrelétricas de Tucuruí e de Balbina ou dos negros mocambeiros atingidos pelo projeto de extração de bauxita e pelas obras da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Alto Rio Trombetas. "Tais unidades de mobilização, por se encontrarem atreladas a lutas localizadas e imediatas, circunscrevem, inicialmente, seu raio de atuação em uma mobilização autodefensiva na qual está em jogo a manutenção do meio de produção básico. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica." (ALMEIDA:1989,22)

Parece-me impossível captar a dinâmica política dessas lutas sem uma percepção do conjunto desses atores. Isso porque, através da resistência eles recriaram sua presença na história, respondendo de forma uníssona às novas formas de violência que fazem palco na Amazônia de hoje.

A aprendizagem da prática marca a trajetória desses movimentos. Inicialmente, as bases de organização repousavam sobre formas menos permanentes, tais como associações, comissões, comunidades, assembléias etc... Num segundo momento, as lutas passam a ser encaminhadas por estruturas mais consolidadas, quer no caso de sociedades indígenas quer nas camponesas. Em ambos os casos esteve-se diante de fenômeno de construção do poder pela base, instituindo-se na praxis cotidiana. Através de formas associativas de natureza muito variadas, procuraram criar um espaço de conscientização. Reinventaram formas de pressionar as estruturas de poder, a nível municipal, estadual ou federal, dirigindo-se, conforme a natureza da reivindicação, aos órgãos pertinentes (ALMEIDA:1988,9). É o caso verificado no enfrentamento dos camponeses atingidos pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí (Pará), cuja luta se estende por mais de 10 anos. Suas pressões dirigiram-se sobretudo contra a Eletronorte. Os índios têm mantido a Funai no espaço da desconfiança, reconhecendo sua fragilidade institucional e incapacidade na defesa dos direitos das sociedades indígenas, e mobilizando contra ela novas formas de luta. Os negros do Trombetas, coletores de castanha, resistem ao aprisionamento de suas áreas de castanheais, de domínios territoriais de uso coletivo há 200 anos, transformadas em Reserva Biológica pelo Governo e fiscalizadas com apoio da Polícia Federal e grandes projetos de mineração de forma agressiva pelo Ibama.

Em que pese a insuficiência da organização indígena com formas mais estruturadas aos níveis regional e nacional, impõe-se reconhecer terem conseguido tornar-se um dos mais expressivos atores políticos na década de 80 nessa região. Sua diversidade lingüística e cultural é ao mesmo tempo sua fortaleza e fragilidade. Fortaleza pois ao longo da história, tem dificultado o enquadramento homogeneizador intentado reiteradamente pelo Estado e entidades religiosas. Mas também fragiliza a construção de espaços de unificação das lutas. No entanto, nessa década, embora com 150 dialetos diferentes - além das distâncias geográficas que os separa -, conseguiram avançar, no sentido de funcionar como **unidade política de mobilização**. Recriaram as representações políticas internamente às tribos nas mediações civis ou públicas da sociedade brasileira. Conseguiram eleger

Deputado Federal, influir nas eleições sobretudo municipais, identificando vereadores sensíveis ou não à causa indígena e, até mesmo, negociar suas propostas em programas de candidatos do poder executivo. No entanto, entre suas principais demonstrações de força organizada, encontra-se o trabalho executado junto aos constituintes quando os 300 indígenas alojados por um mês em Brasília, visitaram, um a um, Deputados e Senadores, discutiram com eles suas propostas, acompanharam debates e votações e costuraram alianças com representações de outros movimentos sociais. A Constituição do Brasil de 1988 traduz esse trabalho político. Através do 1º Encontro de Povos Indígenas do Xingu, conseguem relançar em nível mais expressivo, a questão indígena identificada um dos principais debates do nosso tempo, o ecológico.

O saldo está traduzido ainda: 1) na percepção mais afinada sobre a sociedade nacional, podendo localizar as diferenças dos discursos no país sobre a questão indígena e sua integração com a ecologia; 2) no reconhecimento da importância das representações políticas de base e intermediárias; 3) na ampliação do trabalho de politização nas reuniões regionais; 4) na valorização de estruturas de representação como a União das Nações Indígenas (UNI) e 5) nas alianças costuradas com outros movimentos sociais e com povos indígenas de países latino-americanos, de fronteiras amazônicas.

Enquanto na Europa, há dois séculos os direitos dos cidadãos são respeitados, na Amazônia (e no Brasil!) os movimentos sociais lutam ainda pelo reconhecimento da cidadania, pela garantia dos mais elementares princípios de respeito à pessoa humana. Em outubro de 1990 o Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Paris para julgar crimes impetrados contra os povos da floresta na Amazônia, ouviu inúmeras vítimas da impunidade praticada nessa região, em nome do desenvolvimento. As vítimas - índios, posseiros, seringueiros, castanheiros - integradas a uma economia agro-extrativa, por organizarem-se em movimentos de resistência, constituem alvo da saga violenta de fazendeiros e empresários. Para se ter idéia do estado de direito, somente na década de 80 tomaram na Amazônia em conflitos de terra, cerca de 900 trabalhadores do campo, entre eles alguns eram lideranças de primeira linha do movimento camponês. O povo Yanomami denunciou a morte de centenas dos seus. Cerca de 60% desses índios adoeceram gravemente com malária, gripe, doenças venéreas, tuberculose, trazida pelos milhares de garimpeiros que acompanharam em seus territórios, estes também empurrados pelas contradições do desenvolvimento capitalista sob o modelo vigente no país.

A organização desses movimentos é a expressão da busca política de um espaço da diferença, mas também autonomia em resguardar sua territorialidade enquanto manifestação de uso e de domínio de um espaço historicizado. "Na verdade, o pensamento que homogeneiza a diferença, reduzindo-a a uma lógica necessária, dada e frequentemente hierarquizada, reduz a cultura e sua capacidade criadora na história, a ser uma coisa fixa, muito mais próximo da pressuposição autoritária do Estado do que de uma perspectiva de luta e resistência" (PAOLI:1988,24). E é justamente a identidade construída como totalidade que singulariza a prática política desses atores sociais. Seu fazer político

está intimamente ligado ao seu modo de vida. Isso significa a valorização da relação com a natureza, enquanto positividade coletiva. A economia agro-extrativa, expressão singular na Amazônia, só é possível pelo domínio de um saber acumulado sobre floresta, rios, cachoeiras e igarapés; sobre a várzea, a fauna e a flora; sobre os perigos e os desafios na mata; sobre os segredos da caça, da pesca e das plantas.

A ecologização das lutas sociais na Amazônia, despontou ao interior de movimentos organizados somente na segunda metade da década de 80. A luta de Chico Mendes e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Acre, foi antecipatória. As mobilizações dos atingidos pela Barragem de Tucuruí, inspirou o surgimento de um Movimento em Defesa da Vida (MDV), em 1985, onde, pela primeira vez, no Pará, esboçava-se ainda que de forma tímida, um discurso ecológico reforçando as questões sociais, em 1984. Os índios tem formulado há mais tempo uma percepção de integração. Essas práticas significaram a politização de um campo sempre presente entre os povos da floresta, mas invisibilizado como estratégia de luta. A concepção que é incorporada ao movimento é o da totalidade enquanto unidade entre ecossistemas e o homem. Daí porque a questão ecológica, para os povos da Amazônia, contém um potencial revolucionário, no sentido de empurrar para frente, a reflexão sobre modelos de desenvolvimento e destruição social e ambiental.

O olhar de outros grupos agro-extrativistas sobre a questão ecológica é um olhar vindo do interior de seu próprio mundo. Seu modo de vida integrado ao tempo e ao espaço da natureza. Não separa, portanto, mundo social do mundo natural, como pretendem alguns movimentos ambientalistas mesmo em sociedades industrialmente mais avançadas. Os índios estão unidos com outros "povos da floresta" que tem como bandeira de luta a "Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores combinada com defesa da natureza". Reforçam as propostas dos seringueiros do Acre, de Reservas Extrativas enquanto Reforma Agrária. O risco político de tratar isoladamente a questão ecológica é avaliado entre esses movimentos, daí reafirmarem com mais urgência que a defesa da natureza e justiça social são inseparáveis. Essa urgência se torna mais aguda diante as novas intervenções preservacionistas do Estado Brasileiro e até mesmo de setores tradicionalmente comprometidos com a violência no campo, que passam a assumir um discurso ecológico. O IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) tornou-se na Amazônia a mais nova arma de dominação, procurando frear as lutas sociais, com um discurso preservacionista deslocado da questão social e política. A ideologia ecológica que encontra cada vez mais eco e legitimidade mundial, poderá dificultar as bandeiras sociais e econômicas desses movimentos. A relação **ecologia & povos da floresta** coloca-se como mais um desafio - o mais novo - aos movimentos sociais na Amazônia. Torna-se necessário decodificar os diferentes discursos preservacionistas formulados pelo Estado e por setores do empresariado. Estes passaram a funcionar recentemente de forma agressiva impunhando bandeiras que defendem a floresta e outros recursos naturais mas que, ao mesmo tempo, vem-se fortificados no controle de seus extensos domínios territoriais a exemplo da CVRD, Eletronorte, Mineração Rio do Norte, Alcoa etc... Tomado de surpresa os movimentos sociais tem construído estratégias para exigir

solução às questões sociais de forma articulada às ambientais. As mobilizações ampliam-se, buscam foruns mais abrangentes (ALMEIDA:1989; CASTRO:1988) ao nível nacional. As alianças políticas com organizações internacionais passaram a ocupar espaços importantes nessa nova dinâmica enfrentada pelos movimentos sociais na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo W.B. (1989). "O tempo dos Primeiros Encontros". Rio de Janeiro. CEDI. Revista Tempo e Presença. Ed. Especial -Amazônia. N.244 e 245.
- ALMEIDA Jr., José Maria G., org. (1986). Carajás, Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento. São Paulo/Rio de Janeiro, Brasiliense/CNPq.
- ALTVATER, Elmar (1989). Conseqüências Regionais da Crise do Endividamento Global no Exemplo do Pará. In: Castro, Edna M.R., Hebette, Jean. Na Trilha dos Grandes Projetos. Cadernos NAEA 10. NAEA, Belém.
- ANDERSON, Anthony B. (1990). Smookestacks in the Rainforest: Industrial development and deforestation in the Amazon Basin. RJ. Fundação Ford.
- CASTRO, Edna M.R. (1989). Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. In: Castro, Edna M.R., Hebette, Jean. Na Trilha dos Grandes Projetos. Belém. NAEA/UFPa.
- ____ & ACEVEDO MARIN, Rosa E. (1987). Estado e Poder Local: Dinâmica das Transações na Amazônia Brasileira. Belém. IDESP. Revista Pará-Desenvolvimento. N.20/21.
- CIMI (1986). Dossiê "Seminário Amazônia. Brasília.
- CPT. (1989). Dossiê Tucuruí. Progresso para quem? Cametá-Belém.
- COSTA, Francisco de Assis (1990). Modelos de Desenvolvimento, História e Ecologia. NAEA. (mimeo).
- CVRD Presidência. (1980). Amazônia Oriental: um projeto nacional de exportação.
- DULONG, R. (1980). A crise da relação Estado-Sociedade local vista através da política regional. In: Poulantzas, N. (org.) O Estado em Crise. RJ. Graal.
- FERREIRA, A. et alii. (1982). Carajás, o grande desafio. Ciência Hoje, 2 (10). Jan/Fev.
- FOWERAKER, Joe. (1982). A luta pela terra; a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro. Zahar.
- FRIEDMENN, John. (1973). Urbanization and national development a comparative analysis. In: Urbanization, planning and national development. Beverly Hills, Lage Pb.
- HALL, Anthony L. (1991). Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. RJ. Jorge Zahar Editor.
- HEBETTE, Jean (1987). Reservas indígenas hoje. Reservas camponesas amanhã? Belém. IDESP. Revista Pará-Desenvolvimento. N/20/21.
- IBASE (1981). Programa Grande Carajás: a internacionalização da Amazônia. RJ. (mimeo).

IDESP (1988). Agricultura e siderurgia numa região de fronteira: os pequenos produtores rurais face à implantação do pólo siderúrgico de Marabá. Belém. (Relatório de Pesquisa n. 14).

KOHLHEPP, Gerd & SCHRADER, Achim, eds (1987). Homem e Natureza na Amazônia. Simpósio internacional e interdisciplinar. ADAP. Geographisches Institut, Universitat Tubinger.

MAHAR, Denis J. (1978). Desenvolvimento econômico da Amazônia; uma análise de políticas governamentais. RJ. IPEA/INPES.

MAGALHÃES, Sônia B. (1986). Relocação de populações: a intervenção estatal numa operação fundiária específica. In: IDESP. Pará-Desenvolvimento. Belém.

PINTO, Lúcio Flávio. (1982). Carajás: o ataque ao coração da Amazônia. RJ. Marco Zero.

SAWYER, Donald (1982). A fronteira inacabada: industrialização da agricultura e debilitação da fronteira amazônica. Seminário sobre alternativas para o desenvolvimento regional. B.H. Comissão sobre Sistemas e Políticas Regionais, UGI.

Roberto José Moreira¹

1. Introdução

A associação de idéias que se nos apresenta quando a palavra ecologia surge em debate neste contexto de fins do Século XX envolve um enorme conjunto de idéias que acabam por relacionar as condições materiais e sociais de produção e distribuição e a gestão dos destinos da sociedade, ou seja, a **economia política**. Pretendo abordar essas relações ao discutir o tema meio ambiente e condições de vida reconhecendo, no entanto, ser este tema apenas um dos muitos aspectos que compõem hoje a questão ecológica.

A relação que procuraremos estabelecer entre meio ambiente e condições de vida visa ultrapassar a noção ingênua de que a questão ambiental é a somatória de uma série de questões ambientais específicas, sujeitas a considerações tecnológicas também específicas, e passíveis de solução técnica pelo reequilíbrio dos ecossistemas envolvidos, muito ao gosto dos empiristas e tecnólogos impregnados pela razão instrumental do

¹ Professor Adjunto IV. PhD em Economia. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, DLCS/ICHS/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Outubro de 1989.